

# Ética e cultura

Ismael Mendes\*

## 1. A intercomunicabilidade das culturas e a ética

Emmanuel Lévinas tem um modo de pensar original face à tradição do pensamento ocidental. Enquanto este pensamento se centra no poder absoluto da razão, razão que pretende abarcar o ser universal e absoluto – identificando-se pensar e ser (basta-nos-ia pensar no expoente máximo do racionalismo/idealismo que é a filosofia hegeliana) –, Lévinas diz-nos que a filosofia primeira não é ontologia (estudo do ser) mas ética. Aquela terá conduzido ao totalitarismo, ao esmagamento do Outro pela razão do «eu», enquanto a ética de Lévinas se funda na relação primordial entre o Outro ou Outrem e o «eu». Trata-se de uma relação assimétrica porque o Outro é Infinito, é Alteridade irreduzível à mesmidade do «eu». O outro perturba a consciência porque se lhe escapa, não é assimilável pelo «eu»; é sempre o Outro que me ordena, que é chamamento e sobre o qual me sinto absolutamente responsável. Ninguém me pode substituir na responsabilidade pelo Outro; ninguém lhe pode responder na minha própria vez. É ao outro que o «eu» deve a sua consciência de si, a sua ipseidade. Mas esta ipseidade não é solipsismo do tipo do Cogito cartesiano; esta ipseidade tem o seu fundamento na alteridade do Outro. Este outro é voz, voz interior. Não é visível nem objeto da consciência porque é-lhe sempre transcendente, total alteridade irreduzível ao «eu», o qual lhe deve total

\* Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa – Porto.

obediência e submissão. Não é visível, apenas deixa o seu rasto no rosto do outro ser humano que é também total alteridade em relação ao «eu».

Em Lévinas, o rosto não é considerado como máscara plástica na qual o outro se apresenta. É um encontro face a face, mas este face a face não significa estar olhos nos olhos. O rosto em si é já relação, mas não como uma relação que se estabelecia entre o eu e o Tu. A principal característica do rosto é a de ser nu, sem forma, e é ao mesmo tempo a presença de uma superioridade, de um excesso de significação. O rosto é "significação e significado sem contexto. Quero dizer que outrem, na rectidão do seu rosto, não é uma personagem: é-se professor na Sorbonne, vice-presidente do Conselho de Estado, filho de fulano, tudo o que está no passaporte, a maneira de se vestir, de se apresentar. E toda a significação, no sentido habitual do termo, é relativa a um contexto: o sentido de alguma coisa está na sua relação com outra coisa. Aqui, pelo contrário, o rosto é sentido só para ele. Tu és tu. Neste sentido, pode dizer-se que o rosto não é visto. Ele é o que não se pode transformar num conteúdo, que o nosso pensamento abarcará; é o incontível, leva-nos além. Eis por que o significado do rosto o leva a sair do ser enquanto correlativo de um saber"<sup>1</sup>.

Mas a entrada do terceiro ou terceiros obriga a corrigir a relação assimétrica entre o Outro, o Infinito e o «eu». Daí a necessidade de o Estado normalizar e regularizar as relações entre o «eu» e cada um dos outros. Surgem assim as instituições, normas sociais, enfim, a cultura, que têm como função exercer a justiça e a equidade entre os diferentes outros. Passou-se de uma relação assimétrica para uma relação simétrica entre os membros da comunidade.

"Como é possível haver justiça? Respondo que é o facto da multiplicidade dos homens e a presença do terceiro ao lado de outrem que condicionam as leis e instauram a justiça. Se estou sozinho perante o outro, devo-lhe tudo; mas há o terceiro. Saberei eu o que é o meu próximo relativamente ao terceiro? Saberei eu se o terceiro está de acordo com ele ou é sua vítima? Quem é o meu próximo? Por consequência, é necessário pesar, pensar, julgar, comparando o incomparável. A relação interpessoal que estabeleço com outrem, também a devo estabelecer com os outros homens; logo, a necessidade de moderar este privilégio de outrem; daí a justiça. Esta, exercida pelas instituições, que são inevitáveis, deve ser sempre controlada pela relação interpessoal inicial."<sup>2</sup>

<sup>1</sup> LEVINAS, E., *Ética e Infinito*, Edições 70, Lisboa, p. 78.

<sup>2</sup> *Ibid.*, p. 81.

Lévinas não tematiza a relação entre as diversas culturas que são diferentes formas de exercer a justiça e a equidade entre os membros das diferentes comunidades. Se entendermos que cada cultura é uma forma diferente de exercer a justiça e estabelecer a equidade entre os cidadãos, quer dizer que todas elas têm a mesma função que é corrigir a relação assimétrica entre o Outro ou Infinito e o «eu». Neste sentido há um elo comum entre as diferentes culturas e estados. Convém ainda acrescentar que a política, o poder do estado, as instituições, seja em que sociedade for, não podem legitimamente sobrepor-se à relação ética fundamental entre o Infinito e o «eu», Infinito que, através do rosto de cada um dos outros, me ordena o «não matarás». Quer dizer, o poder dos diferentes estados e culturas deve estar subordinado ao respeito absoluto pelo Outro e nenhum estado ou cultura, por mais diferentes que sejam entre si, tem legitimidade para maltratar o outro, matar o outro. A dignidade do Outro, qualquer que este seja e em qualquer tempo e lugar, está acima da legitimidade do poder dos estados e das culturas. Então há um ponto comum entre todas as culturas e, neste sentido universal que é o respeito absoluto pela pessoa humana, pelos outros, podemos admitir que a intercomunicabilidade entre culturas não é só possível mas também desejável. O pluralismo das culturas, diferentes modos de estabelecer a equidade entre os outros, tem o mesmo fundamento que é a responsabilidade absoluta pelo Outro no rosto de qualquer um dos outros.

Para Lévinas, a cultura é sempre uma construção, uma inscrição de um sentido original, mas nunca o próprio sentido original. É o ambiente de possibilidade de realização da ética.

O sentido comunitário da cultura está dirigido, não primariamente ao grupo como um todo, mas a mim mesmo antes que aos outros; é um apelo feito a mim mesmo pelo outro. O questionamento ético provém do outro e é respondido por mim mesmo antes que pelos outros. Eu sou responsável pelo outro, sem esperar a reciprocidade.

O princípio regulador da ética, na instituição da cultura, nunca poderá ser simplificado numa norma primeira, mas sim num movimento, numa postura dinâmica de retorno à vivência original do existir e da formação da própria subjetividade em meio e a partir do diferente, um movimento de crítica racional iluminada por uma experiência.

No dizer de Lévinas<sup>3</sup>, "o grande milagre da Bíblia não está de modo algum na origem literária comum, mas, inversamente, na confluência das literaturas diferentes para um mesmo conteúdo essencial. O milagre da confluência é maior do que o milagre do autor único. Ora, o pólo desta confluência é a ética".

<sup>3</sup> *Ibid.*, p. 109.

Para este autor, a verdade ética é comum, induzindo-se, deste modo, a possibilidade de uma ética universal. A característica de universalidade da ética é relevante ao considerá-la, inclusive, como uma "Filosofia primeira", sendo assim capaz de servir de parâmetro e medida para toda e qualquer hermenêutica.

Arnaldo de Pinho, como professor universitário, filósofo, teólogo e homem de cultura, possui diversos livros publicados, artigos e participações em congressos, seminários em Portugal e no estrangeiro, abordando temáticas muito diversificadas, que abarcam teologia, filosofia, cristologia, cultura, fé e ética.

A sua envolvimento em muitas instituições revela um profundo humanismo, uma preocupação pelo outro e outros, centrada numa ótica do diálogo intercultural, na valorização da pluralidade cultural e dos seus ensinamentos, bem como no amor à verdade, mas também na crítica das filosofias da totalidade e da sociedade pós-moderna, enquanto produtora de uma moralidade hedonista que visa apenas, e fundamentalmente, o presente, na preocupação do entendimento que o divino se manifesta no humano, na aposta de diálogo num mundo fragmentário, dando eco às experiências diferenciadas, à esperança e sabedoria, apoiando e fundamentando que o Cristianismo parta da experiência vivida em caminho para o absoluto.

Arnaldo de Pinho revela em muitos dos seus escritos uma preocupação pela análise da cultura e da ética, formulando uma proposta sempre inacabada e, por isso, sem pretender ser um mandamento, mas uma esperança renovada, revelando compreender o dinamismo dos tempos, sem ser apologista do tempo descontínuo. Compreende criticamente a sociedade atual, refletindo acerca da sua complexidade, a desordem em alguma ordem e apontando a necessidade de referências, do retorno mas renovado a um sujeito transcendente. Preocupado com causas sociais, advogando o apoio aos excluídos, "não se pode deixar de referir a abertura aos mais pobres, social e culturalmente, como sinal da religião e da vinda do Reino de Deus, num paradigma aceitável e culturalmente digno, contra o culturalismo. A abertura aos pobres nas ações concretas da igreja, o sentido da promoção social e da partilha dos bens, palavras certamente ainda não cansadas, serão lugares de verificação da diferença, ou seja da ética segundo o paradigma de Lévinas. Para este, ética, a filosofia primeira, começa no rosto"<sup>4</sup>.

Arnaldo de Pinho, tal como Lévinas, é contra as mediações totalizantes: "passados os grandes momentos de mediações totalizantes verifica-se a impossível mediação total: das leis, dos costumes, das religiões, para dar lugar

<sup>4</sup> PINHO, A., Reflexão cristológica e pluralismo cultural: sabedoria ou profecia?, in *Revista Humanística e Teologia, Faculdade de Teologia, Porto, 2001*, p. 256.

aos acontecimentos, para utilizar a linguagem de Heidegger, ao *Ereignis*<sup>5</sup>. Na atualidade, a cultura apresenta-se fragmentada e incerta, sendo o elemento fundamental fornecido pela sua análise interna, o facto do seu policentrismo, requerendo uma nova configuração ética. “Efectivamente a diferença dos mundos e a sua afirmação como desenvolvimento das várias subjectividades coloca em causa as éticas universalistas de mediação comum, quer elas fossem do marxismo, quer do Cristianismo, nesse ponto comum”<sup>6</sup>.

Reconhece que a aceitação dum verdadeiro policentrismo, cultural e religioso, não é fácil, mas a hegemonia cultural no interior duma civilização, ontem como hoje, é uma expressão de assimetria social. “A história testemunha uma sucessão de impérios baseados em hegemonias económicas e culturais: não há dúvida que cada Império cria as suas mitologias, as suas culturas dominantes. Dessas hegemonias culturais fazem parte afirmações de verdades intemporais, aplicadas a todos os povos. Ou seja, que por detrás duma perspectiva hegemónica está sempre a afirmação dum etnocentrismo feliz que se propagandeia fora dos contextos culturais adequados. Essas fórmulas são instrumentalizadas pelos governantes.”<sup>7</sup> Favorável ao diálogo entre culturas, mas diálogo com pensamento de superação de relações assimétricas no horizonte. O diálogo vive entre a tradição coletiva e a inovação individual. “As culturas que se fecham na sua tradição colectiva não se abrem à inovação e perdem-se no contexto de civilização. Mas, no momento em que a inovação se torna aceitável, as culturas abrem-se umas às outras provocando assimilações e renascimento”<sup>8</sup>.

Na época atual, o consumo toma progressivamente o lugar de identidade, a liberdade de escolha ganha autonomia. O ser humano vive uma época vazia de sentido, encontra-se, como diria Nietzsche, sem nada e sem ninguém; parece não haver nada mais que o presente que tem uma primazia em relação ao passado e ao futuro. Tudo é relativo.

O modelo de vida baseia-se num atendimento “à la carte”, numa ótica de “self-service”, a liberdade de ação é uma prioridade, um direito de todos. O homem assume uma atitude de desinteresse e de indiferença pelo outro. A cultura da obrigação moral passa a ser suplementada pela cultura da gestão integral de si mesmo: “o reino do pragmatismo individualista ocupou o lugar do idealismo categórico; os critérios do respeito por si mesmo diluíram-se no ciclo estável e indefinido da personalização, do psicologismo, da

<sup>5</sup> *Ibid.*, p. 252.

<sup>6</sup> *Ibid.*, p. 250.

<sup>7</sup> PINHO, A., Religião e cultura num horizonte ecuménico de paz, in *Revista Humanística e Teologia*, Faculdade de Teologia, Porto, 2003, p. 81.

<sup>8</sup> *Ibid.*, p. 82.

operacionalização"<sup>9</sup> (Lipovetsky 2005). A característica fundamental da época atual, ou designada de pós-moderna, é o desprendimento do domínio do outro, tornando-se o Eu o centro das preocupações. A ética liberta-se de todo o sacrifício e centra-se no eu, tendo como horizonte a realização pessoal, o fomento de novos valores. Fomenta-se o minimalismo ético que não requer sacrifícios, mas que tranquiliza o indivíduo e sossega a sua consciência.

Lipovetsky<sup>10</sup> propõe "uma ética indolor", uma ética fácil, baseada num modelo de sacrifício em relação a causa(s) que constitui(em) o compromisso moral. Rejeita contudo a ética dos valores absolutos. Ganha espaço uma ética minimalista, descomprometida e muito individualizada, uma moral marcadamente subjetivista, e o eu torna-se paradigma para o relacionamento interpessoal. Surge uma renovação ética de cariz personalista, a ética indolor, sujeita à lógica do consumo, mas também vinculada aos valores da liberdade pessoal. Para Lipovetsky, buscam-se novos caminhos, novos parâmetros éticos, observa-se um certo vazio que espelha a ausência de certezas, mas que comporta aspetos positivos e negativos. Na sua ótica, nesta era do vazio estamos mais livres, menos carregados, mais exigentes, menos submissos, menos moldados por engrenagens de poder em nome de verdades que se apresentavam como transcendentais ou universais, embora não passassem de formas locais de controlo. A ética faz-se do mínimo indispensável à coesão social e ao respeito ao outro, isto é, regista-se uma correlação entre os valores do indivíduo e os valores da sociedade. Promove-se uma ética centrada num código individualista, embora o indivíduo tenha de ter um compromisso, ser responsável. A este respeito, concordamos com a crítica formulada por Ernesto Martins<sup>11</sup> que recorre a Gervilla, 1993: "consideramos paradoxal que a única forma de rever o individualismo em responsável seja a conexão dos valores do indivíduo com os valores da sociedade ou da comunidade a que pertence, e que o único método seja o trabalho de linha de tensão dupla: a primeira que separa e, simultaneamente, vincula os interesses do indivíduo com os valores relacionados com a vida social, económica, política e científica vigentes; a segunda que limita e, simultaneamente, vincula a vida presente e das gerações vindouras. Nesse contexto argumentativo, o sujeito cuida de si mesmo e, paralelamente, deseja o bem-estar económico e ecológico ou ambiental, o progresso científico e tecnológico, o humanismo e o

<sup>9</sup> LIPOVETSKY, G., *A pós-modernidade, o crepúsculo do dever. A ética indolor dos novos tempos democráticos*, Manole, São Paulo, 2005, p. 70.

<sup>10</sup> LIPOVETSKY, G., *A pós-modernidade, o crepúsculo do dever. A ética indolor dos novos tempos democráticos*, Manole, São Paulo, 2005.

<sup>11</sup> MARINS, E., Da ética da certeza dos valores pós-modernos, in *Revista de Educação*, PUC, Campinas, junho 2007, p. 33.

cumprimento dos valores humanos, a liberdade de informação, a intimidade da(s) pessoa(s), a eficácia e a justiça”.

A ética “à la carte”, indolor de Lipovetsky, não se coaduna com as visões de Lévinas e Arnaldo de Pinho, dado que, em ambos, embora com argumentações diversas, a ética constrói-se à volta da perspectiva do outro e da relação da alteridade.

Arnaldo de Pinho<sup>12</sup> é de opinião que o pensamento de Lévinas é atravessado, todo ele, pela tradição bíblica. “O original deste pensador, cuja filosofia primeira é a ética, é que Deus vem à ideia no rosto do próximo.” Acrescenta que “para Lévinas, o infinito rompe a identidade, estabelece a diferença e coloca o homem perante a alteridade e a transcendência”.

Para Arnaldo de Pinho<sup>13</sup>, citando Isabel Batista, 2007, a capacidade de transcendência, que “impele o sujeito a caminhar para lá do imediato e do visível, funda-se na experiência do desejo metafísico que, atendendo ao seu carácter absolutamente excepcional, só pode ser descrita em termos de hospitalidade”. Deste modo, o acolhimento, quando subordinado à lógica da hospitalidade, implica uma capacidade infinita, uma abertura em relação a todo o outro, assumindo inteiramente os riscos daí decorrentes.

Apesar do que foi expresso, Arnaldo de Pinho não deixa de valorizar o contacto com a realidade, privilegiando também o que é próximo, comunitário, familiar e do quotidiano. “A sabedoria de Cristo contém, assim, uma espécie de Absoluto vivido nos acontecimentos quotidianos, que a torna uma esperança inabalável. Por esta forma, a sabedoria de Cristo contém em germen uma crítica contra a inflação das esferas que a cultura consumista encerra e a cura psicanalista tenta satisfazer”<sup>14</sup>, e ainda “só o relato poderá levar a verdades absolutas ou, pelo menos, à suspeita de que existem. Os pequenos relatos, os pequenos acontecimentos sucedidos no seio do grupo humano, escola, hospital, próximos ou longínquos, esses, sim, poderão colocar a questão do sentido e da experiência de sentido”<sup>15</sup>.

Arnaldo de Pinho diz, não dizendo, que é necessário avaliar e reavaliar os desacertos e acertos da época pós-moderna, o desencanto que se gerou, face à ética da influência, do poder, da ética “à la carte”, da ética do “self-service”, procurar com sabedoria e introduzir a esperança, um compromisso com a condição humana, na base do diálogo, duma mentalidade criativa, em

<sup>12</sup> PINHO, A., O Destino Pós-Moderno do Religioso, in *Revista Humanística e Teologia*, Faculdade de Teologia, Porto, 2008, pp. 79-80.

<sup>13</sup> *Ibid.*, p. 79.

<sup>14</sup> PINHO, A., Reflexão cristológica e pluralismo cultural: sabedoria ou profecia?, in *Revista Humanística e Teologia*, Faculdade de Teologia, Porto, 2001, p. 253.

<sup>15</sup> *Ibid.*, p. 255.

que cada sujeito avance um passo na verdade, não deixando de valorizar os direitos humanos e uma hierarquia de valores.

## 2. As instituições e a ética

As instituições políticas, sociais e culturais, qualquer que seja a sociedade e em qualquer tempo e lugar, terão que ter uma dimensão ética que é o respeito absoluto pela integridade do outro, qualquer que ele seja, porque qualquer outro é sempre para o «eu» ou para a instituição, o rosto do Outro, o rosto do Infinito. As instituições, por muito plurais e diferentes que sejam, só serão legítimas se se submeterem à Ética, ao «não matarás», e responderem à ordem e chamamento do Outro. Isto é, têm que ser responsáveis, absolutamente responsáveis pelo Outro, seja qual for a forma humana de que Este se revista. Neste sentido, não é legítimo que as instituições estejam ao serviço de interesses particulares em detrimento dos pobres e excluídos; não é portanto legítimo que as instituições humanas se sirvam do homem em vez de o servirem. Elas têm o dever e a obrigação de responder ao chamamento, à voz e à ordem do Outro ou dos outros que são o vestígio, ou o rosto, da passagem do Infinito. Em consequência, as leis políticas, as normas sociais e culturais não podem ser totalitárias no sentido de que ignoram ou esmagam a vontade legítima dos outros. Daí a necessidade do pluralismo, não só entre sociedades diferentes, como também entre os diferentes outros de uma mesma sociedade. Dentro da ótica de Lévinas, qualquer que seja o totalitarismo do estado, da lei ou da cultura, este não é legítimo porque não respeita a Alteridade, porque pretende reduzir os outros, as outras culturas ou instituições, à mesmidade ou identidade. Consequentemente perderiam a sua dimensão ética.

Arnaldo de Pinho, tal como Lévinas, defende a abertura ao outro ou outros, no diálogo, sem hegemonias, e no pluralismo, numa concomitância diferenciada, em que o paradigma da paz "guarda em cada cultura os fragmentos a desenvolver dos anseios de todos"<sup>16</sup>. As instituições religiosas devem, segundo a sua reflexão, socorrendo-se da afirmação de Vattimo, tratar de compreender em que ponto está o niilismo "em que nos diz respeito e a que decisões e a atitudes nos chama"<sup>17</sup>. Reconhece sem dramas que no fundo estamos perante a debilidade da palavra e da encarnação de Deus

<sup>16</sup> PINHO, A., Religião e cultura num horizonte ecuménico de paz, in *Revista Humanística e Teologia*, Faculdade de Teologia, Porto, 2003, p. 83.

<sup>17</sup> PINHO, A., O Destino Pós-Moderno do Religioso, in *Revista Humanística e Teologia*, Faculdade de Teologia, Porto, 2008, p. 76.

em homem humano. Contrário à folclorização patente não apenas nas seitas, mas nos pequenos sectarismos, ou à sedução do ego e da história pessoal, advoga a “ruptura instauradora”. Nesse sentido, mais do que se insistir em doutrinarismos abstratos, o Cristianismo (seguindo a proposta de Thebad) deve redescobrir-se numa “experiência de Santidade, em diversas formas e naturalmente sobretudo em Jesus de Nazareth, cujo estilo de vida é suficientemente original, para ser único e suficientemente forte para dar um sentido pleno à vida”<sup>18</sup>. Demonstra adesão à construção duma humanidade solidária composta duma imensidão de culturas e aberta à diferenciação religiosa. “Os sujeitos dessas culturas, como outra no Renascimento, conseguirão ver pedaços do seu sonho, nos pedaços dos sonhos dos outros, porque toda a humanidade aspira ao bem”<sup>19</sup>, isto é, à ética, dizemos nós.

As instituições partidárias, num período de crise, de desencanto, podem certamente tirar ensinamentos das reflexões de Lévinas e Arnaldo de Pinho, desenvolvendo como urge a reengenharia organizacional que aponte para processos destinados a defender o bem comum, uma sociedade alicerçada no respeito pelo sujeito, pelo outro e pelos outros, numa práxis da ética pela ética.

As instituições são fundamentais para que se possa promover a conciliação da ética com a responsabilidade social e com o exercício profissional. No mundo do individualismo, do narcisismo, de um capitalismo hedonista e permissivo, da deserção de valores, em que o transcendente é venerado à distância, em que as paixões são canalizadas para o eu, é tarefa árdua para as instituições balizarem comportamentos organizacionais assentes em princípios éticos que buscam, dentro e fora das mesmas, uma mobilização altruísta de assunção de compromissos concretos que não se podem compadecer de visões instrumentais ou simplesmente utilitárias.

Infelizmente, em muitas organizações, a ética funciona como marketing dos valores, estratégia comercial para a valorização dos seus produtos, serviços ou bens materiais e imateriais. Contudo, outras organizações são portadoras de uma mensagem de sentido e valor humano.

Na era da pós-modernidade, para muitas instituições, a ética transformou-se num meio económico, num simples instrumento de gestão, promovendo códigos de conduta centrados em estratégias competitivas, de maximização dos lucros e marketing de causas. Outras organizações elaboram códigos de ética, na visão de deveres de cidadania global, de assuntos sociais, da

<sup>18</sup> *Ibid.*, p. 83.

<sup>19</sup> PINHO, A., Religião e cultura num horizonte ecuménico de paz, in *Revista Humanística e Teologia*, Faculdade de Teologia, Porto, 2003, p. 82.

responsabilidade pública, dos direitos universais, do desenvolvimento sustentável, do bem comum e do progresso da comunidade.

A implementação da ética nas organizações implica ação a dois níveis: o interno e o externo. O interno, o nível das políticas e dos relacionamentos individuais, e o externo, o nível de todos os *stakeholders* e da sociedade. A ética envolve uma "postura individual e colectiva de crítica construtiva que deve começar em cada um, com o propósito de se melhorar e evoluir, esforçando-se por institucionalizar a ética"<sup>20</sup>. As organizações éticas são aquelas que subordinam as suas atividades e estratégias a uma prévia reflexão ética e agem de forma socialmente responsável, na perspectiva de Robert Henry Srour, 2005<sup>21</sup>.

O desenvolvimento da ética nas organizações passa pela formulação da sua estratégia, pelo modo como a ética é concebida, pelo envolvimento participativo dos vários atores, mas também pelo tipo de "moral" dos gestores que requer conformação das suas ações a elevados padrões de ética. Os gestores devem liderar, dando o exemplo, para alcançar os objetivos organizacionais e pessoais, no cumprimento e no espírito da lei e na observância de valores como justiça, confiança, respeito pelos direitos dos colaboradores, honestidade, verdade, franqueza e transparência. Devem ser autenticamente empenhados numa liderança transformacional pela ética, orientando o exercício do poder para benefício da organização e dos colaboradores, da comunidade e da sociedade como um todo; devem estar dispostos a fazer autossacrifícios, ser autênticos e confiáveis, promover políticas, procedimentos, processos e cultura éticos, incentivando os colaboradores a gerarem soluções mais criativas, tomando os sujeitos como pessoas, fins em si mesmos.

### 3. A globalização e a pluralidade ética

A globalização, na medida em que pretende tornar-se em pensamento único e totalitário, na medida em que quer reduzir tudo à condição de mercadoria, pretende que a sua "ética" seja universal e redutora das outras éticas, manifestações da vontade dos outros. Torna-se totalitária na medida em que impõe aos outros, aos pobres e excluídos, aos explorados ou subordinados numa total dependência económica e cultural, a sua norma ou lei que é o maior benefício (económico) pelo menor custo. E pretende que esta lei seja universal, nem que para isso tenha que sacrificar à lei do lucro máximo

<sup>20</sup> LOPES, A. e CAPRICHIO, L., *Manual de gestão de qualidade*, Editora RH, Lisboa, 2007, p. 286.

<sup>21</sup> Cf. SROUR, R., *Poder, cultura e ética nas organizações*, 2.ª edição revista e atualizada, Campus Editora, Rio de Janeiro, 2005.

a própria natureza, as outras espécies e os outros povos e nações. Neste sentido, a globalização representa um retrocesso civilizacional porque pretende reduzir tudo ao mesmo, pretende impor a todo o mundo e a todos os povos e culturas o modelo de desenvolvimento ocidental. Daí o seu carácter totalitário, e antiético, se entendermos, à maneira de Lévinas, que a ética é primordialmente o respeito absoluto pelo outro, a responsabilidade absoluta pelo outro.

A globalização aumenta as disparidades entre excluídos e incluídos, conduzindo à concentração de atividades económicas em grupos de empresas, cada vez em menor número. A globalização permitiu a formação de áreas de livre comércio, blocos económicos integrados, a crescente interligação e a interdependência dos mercados físicos e financeiros numa escala planetária. Com a globalização, o mercado financeiro impõe, cada vez mais, as suas leis ao processo de configuração da vida humana. O mercado, nomeadamente o financeiro, transformou-se num deus falso, absoluto e omnipresente, não dando sinais de amor intrínseco e extrínseco. Age de forma paradoxal, conforme os interesses de momento, ora fomentando o consumo, o gastar dinheiro, com necessidades imaginárias, no sentido do fomento do vazio pela aquisição ilimitada de bens, ora provocando restrições abruptas, desregulação da solidariedade entre nações, coletividades e pessoas.

Assiste-se a uma substituição da política pelo mercado, a uma mercantilização de quase todos os processos da vida social, podendo estar em causa a humanização do indivíduo e a prevalência de interesses hegemónicos excludentes, quando mais necessárias se tornam a cooperação, a solidariedade e a subsidiariedade.

Como refere Adam Smith<sup>22</sup>, a ordem de uma sociedade de mercado baseia-se no interesse ou no amor-próprio dos agentes económicos que, no jogo da concorrência, constroem uma realidade autorreferencial, que não possui fundamento exterior, mas que é assumida como necessidade e realidade, focalizando, deste modo, para o eu em vez do outro. Embora servindo interesses particulares, os mercados sentem-se deuses de substituição.

Se, numa fase inicial, a globalização provocou mudanças, muitas delas positivas para a humanidade, ao pretender tornar-se totalitária, ditando leis universais e hegemónicas em benefício dos grandes grupos económicos, gera egoísmos, desencanto, angústia, violência, desemprego, submissão, desrespeito pelos Direitos Humanos e injustiças.

Ciente da atual crise europeia, o Papa Bento XVI, em 22 de dezembro de 2011, no tradicional encontro com os cardeais e outros membros da Cúria Romana e o governo da cidade do Vaticano, para a apresentação de votos

<sup>22</sup> SMITH, A., *Riquezas das Nações*, Gulbenkian, 1993, Vol. I, p. 758.

natalícios, afirmou, segundo a *Ecclesia*, que a crise “económica e financeira” que afeta a Europa se “fundamenta na crise ética que ameaça o Velho Continente” e admitiu que certos valores como a solidariedade, o serviço aos outros, a responsabilidade pelos pobres e atribulados” são “em grande parte compartilhados”, mas disse faltar “muitas vezes a força capaz de motivar e induzir o indivíduo e os grandes grupos sociais a abraçarem renúncias e sacrifícios”. “A vontade de preservar o lucro pessoal obscurece o conhecimento e este, enfraquecido, é incapaz de revigorar a vontade.”

Para o Papa<sup>23</sup>, desta crise surgem interrogações fundamentais: “Onde está a luz que possa iluminar o nosso conhecimento não apenas com ideias gerais, mas também com imperativos concretos? Onde está a força que sublime a nossa vontade?” “São questões às quais o nosso anúncio do Evangelho, a nova evangelização, devem dar resposta, para que a mensagem se torne acontecimento, o anúncio se torne vida.” A Constituição *Gaudium et Spes* propõe que as questões éticas que inquietam todas as pessoas sejam tratadas à luz do Evangelho e da experiência humana, isto é, da revelação, no que tem de permanente e na busca de novas compreensões, e da experiência da vida, da cultura dos povos e dos saberes científicos, sobretudo das ciências humanas.

Em 16 de junho de 2011 (*Ecclesia*), o secretário de Estado do Vaticano, ao inaugurar um simpósio internacional sobre ética e negócios, pediu que as empresas respeitem a sua função social, sobretudo na produção de empregos. “A crise na Grécia ensinou-nos que o lucro não é tudo, e que a solidariedade no âmbito europeu é fundamental.” Para o número dois do Vaticano, cardeal Tarcisio Bertone, o empreendedor deve utilizar o seu talento de inovação e criatividade para enfrentar os desafios que vão além da economia e do mercado, sobretudo neste momento em que existe uma crescente necessidade de emprego nos países que possuem muitos jovens e pouco trabalho.” A empresa deve entrar cada vez mais na lógica dos bens comuns, ou seja, água, fontes de energia e comunidade. Os líderes da Igreja Católica incentivam os líderes mundiais, assim como os empresários, a um retorno à ética na economia, de modo a reavivar a esperança face à crise europeia e mundial

Arnaldo de Pinho<sup>24</sup>, referindo-se ao horizonte ecuménico da paz, diz de modo indireto que temos de aspirar a uma ética ecuménica, capaz de valorizar os anseios de cada cultura e de todos, mas que “não se pode basear nem na dialéctica do terceiro excluído e do racionalismo, nem através do mero

<sup>23</sup> BENTO VI, encontro com os cardeais e outros membros da Cúria Romana e governo da Cidade do Vaticano, para a apresentação de votos natalícios, *Ecclesia*, 22 de dezembro, 2011.

<sup>24</sup> PINHO, A., Religião e cultura num horizonte ecuménico de paz, in *Revista Humanística e Teologia*, Faculdade de Teologia, Porto, 2003, p. 83.

funcionamento económico, à maneira da globalização ultraliberal". A ética, para este autor, assenta fundamentalmente no diálogo, na tolerância, no respeito pela diferença, na importância em reconhecer a humanidade do outro, na redescoberta da verdadeira transcendência, em Jesus como modelo." O desafio para a mania identitária é o jogo da diferença. Ela abre-nos à riqueza da alteridade e à forma como o espírito tem de se manifestar, deixando-nos pensar que o mistério não existe no mundo homogéneo. É a prática de Jesus que nos legitima, perante a tomada de consciência hoje mais viva e mais rigorosa, duma descontinuidade cultural entre as linguagens passadas e atuais<sup>25</sup>.

Jorge Cunha<sup>26</sup> (2001) considera que a promoção de uma ética civil ou de um conjunto público sobre um mínimo ético em ordem à possibilidade de funcionamento das sociedades pluralista equivale a eleger algumas expressões de valor que sejam subscritas por uma substancial maioria, que merece apreço, mas tem um certo sabor de banalidade e de facilitismo, pois consiste "numa diminuição do carácter prescritivo da ética a um mínimo de valor axiológico e não ao valor em toda a extensão"<sup>27</sup>. Critica também que a moral cristã se transforme numa ética regional, confessional, fechada sobre si mesma, ou tenha a tentação de se tornar num discurso hegemónico. Propõe uma via "longa" para a ética, que deve ter em conta "a relevância pública da ética, o carácter absoluto, embora tolerante, do imperativo e, no caso da moral cristã, a sua ligação a Deus e ao absoluto da caridade"<sup>28</sup>.

A globalização só terá sentido humano se servir os outros e não se se servir deles, incluindo aqui a própria natureza. Por outras palavras, a globalização, à semelhança da política e das instituições, deve estar subordinada à ética, à ética do respeito absoluto pela alteridade dos outros. Assim, para além do pensamento económico que pretende ser uma moral ou ética única, temos que admitir uma pluralidade de éticas que são as expressões genuínas da voz dos outros, dos outros povos, nações e culturas.

A uniformização forçada da ética provoca a anulação das diferenças, as reações antiéticas, pelo que a configuração de uma ética mundial, num mundo globalizado, não pode subordinar-se às forças mercantis. Ela requer consensos, responsabilidade social, unidade na diversidade, reconhecimento de um corpo ético de comportamentos comuns a todos os habitantes do planeta, o desabamento de estruturas corruptas, mas também necessita da validade

<sup>25</sup> PINHO, A., Reflexão cristológica e pluralismo cultural: sabedoria ou profecia?, in *Revista Humanística e Teologia*, Faculdade de Teologia, Porto, 2001, p. 259.

<sup>26</sup> CUNHA, J., A Teologia moral, a tolerância e o pluralismo ético, in *Revista Humanística e Teologia*, Faculdade de Teologia, Porto, 2001, pp. 215-228.

<sup>27</sup> *Ibid.*, p. 220.

<sup>28</sup> *Ibid.*, p. 221.

racional e intersubjetiva. Concordamos com Manfredo<sup>29</sup>, quando afirma que "a ética emerge como reflexão crítica destinada a tematizar os critérios que permitam superar o mal e conquistar a humanidade do homem, enquanto ser livre. Sendo assim, ela é mediação para a humanização do ser humano, para a efectivação dum modo humano enquanto mundo que torna a liberdade efectiva. O seu objectivo fundamental é estabelecer os marcos nos quais é possível configurar, num mundo humano, a subjectividade e a intersubjectividade, enquanto espaço efectivador de liberdade. O que se procura, acima de tudo, são critérios que permitam conduzir as suas vidas com a dignidade que os constitui como seres chamados à liberdade".

#### 4. A ética como fundamento da justiça social

Nenhuma ética será legítima se quiser impor aos outros a sua visão unilateral do mundo e da sociedade. Uma ética legítima, qualquer que seja a forma cultural de que se revista, deve subordinar-se sempre, e em qualquer lugar, ao princípio ético de que o Outro está primeiro, de que é a Ele que eu devo tudo, a minha própria consciência e a ipseidade. Terá que ser uma ética da Alteridade e da absoluta responsabilidade pelo Outro e pelos outros. Logo, qualquer forma de economia, qualquer reforma política ou lei, qualquer instituição criada ou a criar deve subordinar-se a esta ética fundamental da responsabilidade pelos outros. Assim, elas devem promover a justiça social, a equidade, quer dizer, devem estar ao serviço dos outros, responder às suas necessidades fundamentais, responder à sua voz e chamamento. Só deste modo haverá um fundamento ético nas relações económicas, no trabalho e na produção e consumo. Este fundamento ético da justiça social não se limita apenas à justa redistribuição da riqueza produzida; ele implica também uma responsabilidade perante a natureza e as outras espécies. A ética já não se limita apenas ao homem, ela estende-se também à natureza de que fazemos parte. Por outras palavras, a nossa responsabilidade não é só pela alteridade dos outros, mas também pela própria natureza. A par de uma justiça social e da responsabilidade social, podemos também falar de uma relação justa com a natureza, de uma responsabilidade pela natureza.

Num mundo desencantado, e num tempo de descrenças do poder absoluto, da razão e do prestígio do estado, em que o efémero, o vazio e os grupos financeiros são cada vez mais poderosos, o essencial parece derrotado. Podemos ou devemos ser tentados à instalação de uma ética cívica

<sup>29</sup> OLIVEIRA, M., *Desafios éticos da globalização*, Paulinas, São Paulo, 2001, p. 10.

transnacional, promovendo um ambiente favorável, ético-jurídico comum, para a humanidade, uma ética dialógica, mas na responsabilidade, capaz de sinalizar um sistema de direitos e deveres. Um problema de partida é que seja salvaguardada, na conceção, a não imposição de um modelo político hegemónico.

Na ética, devemos preocupar-nos com a questão da universalidade, na diversidade, nunca "à la carte", de "self-service", não de uniformidade, mas que possibilite uma composição heterogénea e não apenas democrática, da comunidade internacional de tal modo que os atores ocupem posições simétricas. A questão do papel, da participação dos países, organizações periféricas e dos excluídos é fundamental.

Arnaldo de Pinho<sup>30</sup> levanta a questão da assimetria social, com pertinência: "Será possível o diálogo em condições de assimetria social profunda? Por exemplo, entre um americano, ou um inglês e um indiano, ou a justiça social e a repartição das riquezas constitui parte absolutamente integrante do diálogo cultural? (...) Ora este etnocentrismo feliz (suponhamos o viver no Ocidente) junto com o etnocentrismo infeliz dos deserdados e os mitos de identificação cultural apresentados por algum Bin Laden ou Che Guevara, onde se cruzam também fundamentalismos religiosos e leituras ideológicas, está sempre próximo a rebentar, enquanto a ordem económica e jurídica mundial for aquilo que é."

A questão da implementação duma ética global ou ética cívica transnacional requer muita reflexão, acerca da possível criação de um aparato governamental internacional que pode significar o contrário da ética na unidade e na pluralidade. A globalização requer uma visão sistémica integrativa que não exclua riscos, diferenças, que não transforme o individualismo num simples coletivo, mas a abertura ao outro e aos outros. Mas também que não transforme a realidade pós-moderna, desestruturada, em complexidade estruturada, esquecendo-se de valorizar a heterogeneidade de valores, interesses, bem como a pluralidade de sistemas existentes na sociedade. Apesar do reconhecimento das diferenças nacionais, regionais, culturais e religiosas, é possível uma preocupação com as pessoas, na base da eleição de direitos e deveres, isto é, de valores. O problema reside na determinação de um conteúdo para vários ambientes sociais, culturais, políticos e religiosos.

<sup>30</sup> PINHO, A., Religião e cultura num horizonte ecuménico de paz, in *Revista Humanística e Teologia*, Faculdade de Teologia, Porto, 2003, pp. 81-82.